

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 10/XII/2.<sup>a</sup> SL

Aos 8 dias do mês de novembro de 2012, pelas 15:10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Projeto de Lei n.º 258/XII/1.<sup>a</sup> (PS) - "Altera o artigo 47.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos - sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março";**
  - **Projeto de Lei n.º 292/XII/2.<sup>a</sup> (PSD-CDS/PP) - "1.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, consagrando nova redução na subvenção e no limite das despesas nas campanhas eleitorais, e 4.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, limitando o montante da subvenção que pode ser canalizado para as despesas com outdoors".**
4. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 302/XII/2.<sup>a</sup> (PCP) - "Cria a Comissão da Assembleia da República para a Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa" - Relator: Deputado Carlos Peixoto (PSD);**
5. **Admissão e distribuição de petições;**
6. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
7. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
8. **Apreciação e votação dos requerimentos apresentados para:**
  - **Audição da Inspetora Geral da Administração Interna, Dr.<sup>a</sup> Margarida Blasco, sobre a atividade desenvolvida pela Inspeção Geral da Administração Interna (requerimento apresentado pelo PCP);**
  - **Promoção de uma reunião com a presença do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, enquanto responsável pela tutela do Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação (requerimento apresentado pelo PCP);**
  - **Audição do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, enquanto responsável pela tutela do Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação (requerimento apresentado pelo PS);**
9. **Apreciação e votação das atas n.ºs 3 a 9/XII/2.<sup>a</sup> (correspondente às reuniões da Comissão de 2 a 25 de outubro de 2012);**
10. **Outros assuntos.**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 10/XII/2.<sup>a</sup> SL**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD), foi distribuída a Proposta de Lei n.º 105/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) - [Aprova o Regime Jurídico do Processo de Inventário](#), de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS).

Foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas comunitárias sobre migração e proteção internacional [COM(2012)528]	Deputada Paula Cardoso (PSD)
RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório anual ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre as atividades da Unidade Central do EURODAC em 2011 [COM(2012)533].	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)
RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Terceiro relatório sobre o acompanhamento da pós-liberalização dos vistos para os países dos Balcãs Ocidentais em conformidade com a Declaração da Comissão de 8 de novembro de 2010 [COM(2012)472]	<i>Deliberado não escrutinar</i>
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 273/2004 relativo aos precursores de drogas [COM(2012)548]. Associados dois documentos de trabalho: Avaliação de Impacto [SWD(2012)279] e Resumo da Avaliação de Impacto [SWD(2012)278]	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 111/2005 do Conselho que estabelece regras de controlo do comércio de precursores de drogas entre a Comunidade e países terceiros [COM(2012)521]. Associados dois documentos de trabalho: Avaliação de Impacto [SWD(2012)268] e Resumo da Avaliação de Impacto [SWD(2012)267].  <i>Obs: também distribuída à Comissão de Saúde</i>	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
Proposta de Regulamento relativa às formas de exercício do direito de inquérito do Parlamento Europeu, que revoga a Decisão 95/167/CE, Euratom, CECA do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão.	Deputado João Lobo (PSD)

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 10/XII/2.<sup>a</sup> SL**

<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo entre a União Europeia e a República de Cabo Verde sobre a readmissão de pessoas que residem sem autorização [COM(2012)557].</p> <p><i>Obs: também distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p>Deputado Paulo Rios Oliveira (PSD)</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo entre a União Europeia e a República de Cabo Verde sobre a facilitação da emissão de vistos de curta duração para os cidadãos da República de Cabo Verde e da União Europeia [COM(2012)560].</p> <p><i>Obs: também distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p>Deputado Paulo Rios Oliveira (PSD)</p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Relatório intercalar sobre a aplicação do Plano de Ação relativo a menores não acompanhados [COM(2012)554]. Esta iniciativa tem associado um Documento de Trabalho [SWD(2012)281].</p>	<p>Deputada Elza Pais (PS)</p>

Em seguida, teve lugar a discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 258/XII (PS), que “*Altera o artigo 47.º do Código do direito de autor e dos direitos conexos – sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março*”

O Projeto de Lei, da iniciativa do PS, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 28 de setembro de 2012, após aprovação na generalidade. Na reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à excepção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei, de que resultou o seguinte:

- **Artigo 1.º** (Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos) incluindo a substituição da expressão “*anterior corpo único*” do n.º 1 do artigo 47.º do Código, por “*anterior corpo do artigo*” e da expressão “*Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro para penhora dos vencimentos, salários ou prestações de natureza semelhante*” do n.º 2 do mesmo artigo pelo inciso “*Código de Processo Civil na parte relativa à penhora dos vencimentos, salários ou prestações de natureza semelhante*” – aprovado por unanimidade;
- **Artigo 2.º** (Entrada em vigor e produção de efeitos) – aprovado por unanimidade.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 10/XII/2.<sup>a</sup> SL**

Procedeu-se ainda à discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 292/XII (PSD e CDS-PP) “*Primeira alteração à Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, consagrando nova redução na subvenção e no limite das despesas nas campanhas eleitorais, e quarta alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, limitando o montante da subvenção que pode ser canalizado para as despesas com outdoors*”.

O Projeto de Lei, da iniciativa do PSD e do CDS-PP, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 19 de outubro de 2012, após aprovação na generalidade. Apresentou uma proposta de alteração o Grupo Parlamentar do BE, em 6 de novembro.

Na reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei, de que resultou o seguinte:

❖ Artigo 1.º (preambular)

Alteração do artigo 3.º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro;

- N.º 1 – aprovado por unanimidade;
- N.º 2 – proposta de alteração apresentada pelo BE – rejeitada, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do PCP e do BE; texto constante do P JL 292/XII (que adita um novo n.º 2, passando os atuais n.ºs 2 e 3 a n.ºs 3 e 4) – aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e votos contra do BE;

❖ Artigo 2.º (preambular)

Alteração do artigo 18.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho;

- Aditamento de um n.º 6 – aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PS e abstenções do PCP e do BE.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 302/XII/2.<sup>a</sup> \(PCP\)](#) “*Cria a Comissão da Assembleia da República para a Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa*”, que foi

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 10/XII/2.<sup>a</sup> SL

apresentado pelo Relator, Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), após o que foi aprovado por unanimidade, nas suas partes I e III, registando-se a ausência do PEV.

Em seguida, foram admitidas por unanimidade, na ausência do PEV, as seguintes petições:

- [Petição n.º 191/XII](#), da iniciativa de Renato Manuel Laia Epifânio, *Contra a Partidocracia e em prol de uma verdadeira democracia representativa*. Foi nomeado seu Relator o Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD);
- [Petição n.º 195/XII](#), da iniciativa de Vítor Manuel Maximino Vieira, que *Solicita que, em nome da transparência e imparcialidade na elaboração de diplomas legais, passe a ser disponibilizada na base de dados DIGESTO a referência ao seu autor material (sociedade de advogados contratada para elaborar o projeto de ato legislativo)*. Foi nomeado seu Relator o Senhor Deputado João Lobo (PSD);
- [Petição n.º 197/XII](#), da iniciativa da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos, que *Solicita a consagração no Orçamento do Estado para 2013 de garantias de recrutamento e mobilidade dos Conservadores de Registos (e demais trabalhadores dos registos e do notariado) entre a Região Autónoma da Madeira e o Continente*, que foi deliberado remeter de imediato aos Grupos Parlamentares para ponderação acerca da adequação e oportunidade de apresentação, no âmbito da discussão e votação na especialidade da referida Proposta de Lei, de propostas de alteração no sentido apontado pela peticionante, atento o objeto da petição, e uma vez que a fase de discussão na especialidade da [Proposta de Lei n.º 103/XII](#) está em curso, devendo a respetiva votação ocorrer nos dias 22 a 26 de novembro, tendo o dia 16 de novembro sido fixado como termo do prazo para entrega de propostas de alteração. Assim, a petição foi admitida, tendo sido dispensada a nomeação de relator e a apreciação da petição na Comissão ficou concluída.

Não havendo relatórios finais de petições, nem de iniciativas europeias, para apreciar, passou-se ao oitavo ponto da ordem do dia, no qual foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição da Inspetora-Geral da Administração Interna, Dr.<sup>a</sup> Margarida Blasco, sobre a atividade desenvolvida pela Inspeção Geral da Administração Interna. O Senhor Deputado António Filipe (PCP)

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 10/XII/2.<sup>a</sup> SL

apresentou o seu requerimento, recordando que a possibilidade de audição da Senhora Inspetora-Geral da Administração Interna já havia sido suscitada anteriormente e se justificava pelo interesse no conhecimento do ponto da situação da atividade da IGAI. Acrescentou que a 1.<sup>a</sup> Comissão ouvira em audição o primeiro Inspetor-Geral da Administração Interna mas não voltara a reunir com outro titular.

O requerimento foi então aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, tendo ficado acordada a sua realização para após o termo da discussão e votação do Orçamento de Estado para 2013.

Em seguida, foram apresentados os requerimentos do PCP e do PS para audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares enquanto responsável pela tutela do Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação que elaborou o relatório “Estratégia para a Racionalização dos Centros de dados da Administração Pública”. Os Senhores Deputados António Filipe (PCP) e Isabel Alves Moreira (PS) intervieram em nome dos Grupos Parlamentares requerentes, explicando que a notícia que dava conta da existência deste documento, informava que nele era preconizada a concentração das bases de dados dos vários Ministérios numa solução designada “computação em nuvem” a gerir por um operador privado de telecomunicações. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) considerou que tal solução suscitava grande preocupação por poderem estar em causa dados abrangidos por segredo de Estado, segredo de justiça, relativos a investigação criminal e outros dados sensíveis, pelo que importava obter o esclarecimento da questão em audição daquele membro do Governo, com envio prévio à Comissão do relatório. Concluiu dizendo que o que estava demonstrado era que o Senhor Ministro estava na posse de estudos que a Assembleia não conhecia e que poderiam reportar-se a dados cobertos por segredo de Estado ou de justiça, cumprindo, pois conhecê-los antes que a decisão fosse tomada pelo Governo. A Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) acrescentou que a carta remetida pelo Senhor Ministro à Comissão, visando o esclarecimento da notícia, era vaga e contraditória e só se referia ao segredo de Estado. Lembrou que a CNPD não fora chamada a pronunciar-se e que o estudo em causa propunha como mais vantajosa solução tecnológica desaconselhada pela Agência Europeia de Segurança da Informação e contrariava uma Resolução do

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 10/XII/2.<sup>a</sup> SL

Conselho de Ministros sobre o plano estratégico informático para a Administração Pública.

No debate que se seguiu interveio o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) que considerou que, numa fase preliminar de estudos, o Governo tinha o direito de solicitar aqueles que entendesse, não constituindo o relatório noticiado uma decisão do Governo, não se compreendendo sequer que, tratando-se de um documento interno de trabalho a que não correspondia nenhuma decisão, este tivesse sido divulgado. Acrescentou que a carta do Senhor Ministro assegurava que determinadas matérias não seriam geridas por uma entidade privada, assim esclarecendo as dúvidas suscitadas nos requerimentos, pelo que não se justificaria a sua audição na Comissão.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) declarou acompanhar a fundamentação dos requerimentos e considerou pertinente ouvir aquele membro do Governo, a quem, segundo explicou, o seu Grupo Parlamentar dirigira um pedido de esclarecimento sobre a matéria. Observou que se revelava ponderado esperar por decisões efetivas, mas assinalou que os requerimentos mantinham toda a pertinência.

A Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP) afirmou que não acompanhava os requerimentos apresentados, por uma questão de responsabilidade. Lembrou que, de acordo com a carta do Senhor Ministro, estava em causa um estudo preliminar confidencial, que, pela extrema relevância do seu objeto, deveria merecer ponderação quando pudesse ser conhecido, através de publicação ou divulgação à Assembleia da República. Considerou, por isso, extemporâneo realizar a audição do Senhor Ministro numa altura em que a Comissão ainda não poderia acompanhar a questão.

Submetido a votação o requerimento do PCP, foi este rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS/PP e a favor do PS, PCP e BE, na parte relativa à audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e aprovado, com os votos favoráveis do PS, do PCP e do BE e as abstenções do PSD e do CDS/PP, na parte relativa à solicitação ao Governo do envio à Comissão do Documento de Estratégia para a Racionalização dos Centros de Dados da Administração Pública.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 10/XII/2.<sup>a</sup> SL**

A votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, de igual teor, ficou prejudicada pela votação anterior.

Por fim, foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, as atas n.ºs 3 a 9/XII/2.<sup>a</sup> (correspondentes às reuniões da Comissão de 2 a 25 de outubro de 2012).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de Novembro de 2012

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(FERNANDO NEGRÃO)**

**Nota: Aprovada em 12-12-2012**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 10/XII/2.<sup>a</sup> SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
Carlos Peixoto  
Cecília Honório  
Fernando Negrão  
Hugo Lopes Soares  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
João Lobo  
João Oliveira  
Jorge Lacão  
Luís Pita Ameixa  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Rios de Oliveira  
Paulo Simões Ribeiro  
Ricardo Rodrigues  
Sérgio Sousa Pinto  
Teresa Anjinho  
Teresa Leal Coelho  
António Filipe  
Rui Paulo Figueiredo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Neto Brandão  
José Luís Ferreira  
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida  
Isabel Oneto